

CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP

Termo de Referência 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG 3/2026 929379-CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP Editado por MARIANA LOPES HOHMANN CLARO Atualizado em 23/01/2026 14:59 (v 0.4)
Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		04/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa(s) especializada(s) para a realização de serviços de manutenção corretiva nos veículos oficiais da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé/SP, com fornecimento das peças e serviços necessários**, conforme descrito a seguir:

Item	Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade	CATSERV	Valor Estimado (R\$)
1	Manutenção preventiva e corretiva – Onix LT Plus Turbo AT – placa EQR4E07, incluindo troca de óleo e filtros, higienização do ar-condicionado, alinhamento.	Serviço	01	18856	R\$
2	Manutenção preventiva e corretiva – Onix LTZ Plus Turbo AT – placa SUF3E33, incluindo substituição de amortecedores, bieletas, troca de óleo e filtros, higienização, alinhamento, balanceamento, rodízio e cambagem,.	Serviço	01	18856	R\$
3	Manutenção preventiva e corretiva – Onix LTZ Plus Turbo AT – placa SVB0276, incluindo Troca de óleo e filtro.	Serviço	01	18856	R\$

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com especificações usuais no mercado, passíveis de definição objetiva, sem necessidade de projeto básico elaborado por equipe técnica multidisciplinar.

1.3. Em caso de eventual divergência entre a descrição dos itens do catálogo do sistema Compras. gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.3. 1. Descrição Detalhada dos Serviços:

Item 1 (Onix LT Plus Turbo AT – Ano 2021/2022) :

- **Troca de óleo do motor:** drenagem do óleo antigo, substituição por **4 litros de óleo 5W30** conforme especificação do fabricante, incluindo limpeza do bujão e troca do anel de vedação;
- **Substituição do filtro de óleo:** remoção do filtro usado e instalação de novo filtro compatível, com vedação adequada e torque conforme especificação técnica;
- **Substituição do filtro de combustível:** retirada do filtro antigo e instalação de novo componente, assegurando o correto fluxo e pressão de combustível no sistema de injeção;
- **Substituição do filtro de ar do motor:** instalação de filtro novo para garantir a correta admissão de ar limpo, melhorando o desempenho e reduzindo o consumo de combustível;
- **Substituição do filtro do ar-condicionado:** remoção do filtro saturado e instalação de novo elemento filtrante;
- **Higienização do sistema de ar-condicionado:** aplicação de produto específico para limpeza e desinfecção do sistema de ventilação e dutos internos, eliminando fungos e odores;
- **Serviço de alinhamento de direção:** regulagem dos ângulos de convergência e câmbor das rodas dianteiras, conforme parâmetros originais de fábrica, visando estabilidade e segurança na condução;
- **Testes finais:** conferência de vazamentos, funcionamento do motor, luzes de advertência e verificação de desempenho após a execução dos serviços.

Item 2 (Onix LTZ Plus Turbo AT – Ano 2023/2024):

- **Substituição de amortecedores dianteiros:** retirada dos amortecedores usados e instalação de **02 kits de amortecedor dianteiro novos**, originais ou equivalentes conforme especificações do fabricante, garantindo estabilidade, conforto e segurança;
- **Substituição de bieletas:** troca de **02 bieletas** com desgaste, assegurando o correto funcionamento da suspensão dianteira e eliminando ruídos e folgas;
- **Troca de óleo do motor:** drenagem completa do óleo lubrificante antigo e substituição por **04 litros de óleo 5W30**, conforme padrão de fábrica, incluindo substituição do anel de vedação e limpeza da região do bujão;
- **Substituição dos filtros:** instalação de novos filtros compatíveis com o modelo do veículo, conforme segue:
 - **Filtro de óleo** – responsável pela retenção de impurezas no lubrificante;
 - **Filtro de combustível** – assegura a pureza do combustível e o bom funcionamento do sistema de injeção;
 - **Filtro de ar do motor** – mantém o ar de admissão livre de partículas sólidas;
 - **Filtro de ar-condicionado** – melhora a qualidade do ar interno e protege o evaporador do sistema de climatização;
- **Higienização do sistema de ar-condicionado:** limpeza e desinfecção dos dutos de ventilação, com aplicação de produto específico para eliminação de fungos, bactérias e odores;
- **Serviço de alinhamento e balanceamento:** correção dos ângulos de convergência e câmbor, além do balanceamento das quatro rodas, visando garantir estabilidade, conforto e desgaste uniforme dos pneus;
- **Serviço de cambagem dianteira:** regulagem dos eixos dianteiros dentro dos parâmetros originais, corrigindo eventuais desvios;
- **Rodízio dos pneus:** permuta dos pneus dianteiros e traseiros conforme recomendações do fabricante;
- **Verificação final:** teste de rodagem, conferência de ruídos, checagem de estabilidade, luzes de advertência e vazamentos, garantindo a liberação do veículo em perfeitas condições de uso.

Item 3 (Chevrolet Onix 1.0 LTZ Plus Turbo AT – Ano 2023/2024)

- **Troca de óleo do motor:** drenagem completa do óleo usado, substituição por **4 litros de óleo 5W30** especificado pelo fabricante, incluindo limpeza do bujão de drenagem e substituição do anel de vedação, garantindo lubrificação adequada e melhor desempenho do motor;
- **Substituição do filtro de óleo:** retirada do filtro saturado e instalação de novo componente compatível com o modelo do veículo, assegurando a retenção eficiente de impurezas no óleo lubrificante;
- **Verificação geral:** inspeção visual de eventuais vazamentos, estado das mangueiras, conexões, correias e nível de fluídos (freio, direção, arrefecimento), com recomendações para manutenção preventiva se necessário;
- **Testes finais:** partida e funcionamento do motor, checagem de luzes de advertência no painel e análise auditiva de ruídos anormais, assegurando o pleno funcionamento do veículo após a execução dos serviços.

1.4. As peças, materiais e insumos utilizados na execução dos serviços deverão ser **novos, originais ou equivalentes**, conforme as especificações técnicas do fabricante, sendo **vedado o uso de componentes reconicionados, remanufaturados ou usados**, ainda que em perfeitas condições aparentes.

1.4.1. A comprovação da originalidade e da conformidade das peças e insumos deverá ser feita mediante **apresentação de nota fiscal e embalagem original**, quando aplicável, contendo identificação do produto e do fornecedor.

1.4.2. Em caso de substituição de peças no período de garantia, deverão ser observadas as mesmas exigências de qualidade e comprovação previstas no caput deste artigo, **sem qualquer ônus adicional para a Administração**.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem ou serviço de luxo, conforme definido pelo Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) dias, contados da data da emissão da Nota de Empenho, conforme disposto no artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras aplicáveis à vigência, execução, fiscalização e demais disposições desta contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos está descrita nas informações básicas deste Termo de Referência, considerando a urgência da demanda, a natureza simples dos serviços e o baixo valor envolvido, não sendo exigível a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67 /2021.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026. Ainda, a contratação justifica-se pela necessidade imediata de manutenção corretiva de veículos oficiais em uso contínuo pelos senhores vereadores desta Casa de Leis.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada neste Termo de Referência, considerando tratar-se de contratação direta de baixo valor e objeto padronizado, nos termos do art. 4º, § 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observadas as práticas ambientalmente responsáveis estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, naquilo que forem compatíveis com o objeto e viáveis tecnicamente, tais como:

4.1.1. Observância, sempre que possível, das diretrizes de redução de consumo de materiais e recursos naturais, reaproveitamento e descarte ambientalmente correto de materiais utilizados;

4.1.2. Preferência, quando compatíveis com o objeto e economicamente viáveis, por produtos com maior eficiência energética e menor impacto ambiental ao longo de seu ciclo de vida;

4.1.3. Atendimento à legislação ambiental vigente, no que couber ao fornecimento do objeto.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não será exigida indicação de marca ou modelo específico, sendo vedada a prática de direcionamento e assegurada a ampla competitividade, observadas as especificações técnicas e padrões mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência.

Da exigência de amostra

4.3. Não será exigida a apresentação de amostras para esta contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, em razão da natureza do objeto e das condições estabelecidas.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não será exigida garantia da contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto e o baixo risco envolvido.

Exclusividade para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)

4.6. Nos termos do art. 48, inciso I, da **Lei Complementar nº 123/2006**, combinado com o art. 71, inciso I, da **Lei nº 14.133/2021**, considerando o valor estimado da contratação e a natureza do objeto, **a presente licitação será**

exclusiva para a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), incluídos os Microempreendedores Individuais (MEI), de modo a fomentar a economia local e cumprir a política pública de incentivo ao desenvolvimento dessas empresas.

4.6.1. A opção pela exclusividade encontra respaldo, ainda, no interesse da Administração Pública em assegurar a competitividade em igualdade de condições, considerando a capacidade econômica das participantes e as características da contratação, que envolvem fornecimento pontual, entrega local e valores reduzidos.

Margem de Preferência

4.7. Não será aplicada margem de preferência para produtos manufaturados nacionais ou serviços nacionais que atendam normas técnicas brasileiras, tampouco para bens e serviços resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País.

4.7.1. Tal decisão se fundamenta na natureza do objeto, no valor da contratação e na ausência de regulamentação específica aplicável à presente dispensa, nos termos do art. 26 da **Lei nº 14.133/2021**.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A prestação dos serviços deverá ser iniciada em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de emissão da Ordem de Serviço ou da Nota de Empenho, salvo se expressamente acordado outro prazo entre as partes, devidamente justificado.

5.2. O prazo máximo para conclusão integral dos serviços será de até 10 (dez) dias úteis, salvo necessidade comprovada de prazo superior em razão da natureza do reparo ou indisponibilidade de peças, hipótese em que deverá ser apresentada justificativa pela contratada e aceita formalmente pela Administração.

5.3. A contratada deverá manter a Administração informada sobre o andamento da execução dos serviços, comunicando eventuais intercorrências que possam impactar no prazo de entrega.

5.4. O serviço será executado nas dependências da oficina da contratada, devendo esta estar **localizada em até 30 km de distância da sede da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé/SP**, situada à Rua Bom Jesus, nº 145, Solar da Mantiqueira – Tremembé/SP. O **transporte dos veículos será providenciado pela Administração**, não sendo admitida a contratação de empresas fora do limite geográfico estabelecido, em razão da inviabilidade operacional e dos custos decorrentes.

Garantia dos serviços e das peças

5.5. Os serviços executados terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, nos termos do artigo 26, inciso II, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. As peças utilizadas deverão ser novas, originais ou equivalentes conforme especificação do fabricante, devidamente comprovadas mediante nota fiscal e embalagem original, com garantia mínima de 12 (doze) meses, salvo quando o fabricante estipular prazo superior.

5.7. Durante o período de garantia, a contratada se obriga a realizar, sem qualquer custo adicional para a Administração, os reparos necessários para corrigir falhas decorrentes de má execução dos serviços ou defeito das peças aplicadas, incluindo a substituição de peças defeituosas.

5.8. O prazo para realização de reparos ou substituição de peças sob garantia será de até 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação formal da Administração.

5.9. Caso não seja possível concluir o reparo dentro do prazo estipulado no item anterior, a contratada deverá apresentar justificativa por escrito e, se necessário, fornecer solução provisória que não comprometa a segurança e a continuidade do serviço público.

5.10. Os custos com transporte do veículo, quando necessário para o atendimento da garantia, correrão exclusivamente por conta da contratada.

5.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução dos serviços será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias ser formalizadas mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Câmara Municipal e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Câmara Municipal poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, relacionadas à execução dos serviços.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais designados formalmente, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução dos serviços de manutenção corretiva, com vistas a assegurar o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, bem como a qualidade e adequação dos serviços e das peças empregadas.

6.7. O fiscal técnico deverá registrar no histórico do gerenciamento do contrato todas as ocorrências relevantes à execução, bem como as medidas adotadas para regularização de eventuais falhas ou defeitos identificados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade na execução dos serviços ou no fornecimento de peças, o fiscal técnico emitirá notificações à contratada, fixando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que demande providência ou decisão que extrapole sua competência, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

6.10. Ocorrências que possam inviabilizar a execução dos serviços dentro do prazo contratado deverão ser imediatamente comunicadas pelo fiscal técnico ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a proximidade do término da vigência contratual, com vistas a eventual renovação, prorrogação ou encerramento.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando documentos comprobatórios, quando necessário.

6.13. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente, reportando-se ao gestor do contrato para providências que ultrapassem sua competência.

6.14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.14.1. Conferência da conformidade dos serviços executados e das peças fornecidas com as especificações constantes da proposta e do contrato;

6.14.2. Registro sistemático das ocorrências e intercorrências relacionadas à execução contratual, em especial aquelas que possam impactar no prazo, qualidade ou segurança dos serviços prestados;

6.14.3. Comunicação formal à contratada das não conformidades detectadas, para adoção das providências cabíveis no prazo estipulado.

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades na execução dos serviços ou fornecimento de peças, ainda que decorrentes de imperfeições técnicas, vícios ocultos ou emprego de materiais inadequados, não implicando em corresponsabilidade da Câmara Municipal ou de seus agentes.

Gestor do Contrato

6.16. Compete ao gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar e manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico do gerenciamento, como ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, elaborando relatório para verificação da necessidade de ajustes no contrato visando à plena consecução do objeto.

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato quanto às ocorrências na execução e às providências adotadas, reportando à autoridade superior as situações que extrapolem sua competência.

6.16.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de liquidação da despesa e pagamento, anotando no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal de pagamento.

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento das obrigações contratuais assumidas, com menção ao desempenho da contratada, com base nos indicadores definidos e aferidos, bem como às penalidades aplicadas, para fins de registro no sistema competente.

6.16.5. Adotar providências para formalização de processo administrativo de responsabilização, para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão competente, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133 /2021.

6.16.6. Elaborar relatório final acerca do cumprimento dos objetivos da contratação e sobre condutas recomendáveis para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor aferido pela fiscalização e gestão, nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,3% (zero vírgula três por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte)** dias.

7.2.4.2. Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

7.2.4.2.1. O atraso superior a **25 (vinte e cinco)** dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de **3% (três por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **20 (vinte)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento dos serviços

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato de sua conclusão, mediante apresentação da nota fiscal e do respectivo boleto bancário pela contratada, para fins de posterior verificação de sua conformidade com as especificações deste Termo de Referência e da proposta vencedora.

8.2. Os serviços e/ou peças fornecidas poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as condições contratadas, devendo ser refeitos ou substituídos no prazo de 5

(cinco) dias úteis, a contar da notificação da Administração, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal e do boleto bancário, após verificação da execução adequada dos serviços e da conformidade das peças aplicadas, mediante termo de aceite emitido pelo fiscal do contrato.

8.4. Para contratações de baixo valor, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo também será de 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo previsto para o recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de realização de diligências técnicas.

8.6. Em caso de controvérsia sobre a execução dos serviços ou fornecimento das peças, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, permitindo-se o pagamento da parcela incontroversa para fins de liquidação da despesa.

8.7. O prazo para correção de eventuais inconsistências na execução dos serviços ou na documentação fiscal não será computado para fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela integridade, durabilidade e qualidade dos serviços prestados e das peças aplicadas, nem afasta a obrigação de correção posterior durante o período de garantia.

Liquidação da despesa

8.9. Após o recebimento da nota fiscal e do respectivo boleto bancário, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, prorrogável uma única vez por igual período, conforme o art. 7º, § 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. Para contratações de pequeno valor, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de liquidação será de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período.

8.11. A liquidação observará a conformidade da nota fiscal quanto a: validade, data de emissão, número da Nota de Empenho, identificação do objeto, período de execução, valor devido e eventuais retenções tributárias aplicáveis.

8.12. A nota fiscal deverá vir acompanhada de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, preferencialmente por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, mediante apresentação dos documentos exigidos pelo art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.13. Havendo erros ou inconsistências na documentação fiscal, ou irregularidades fiscais ou cadastrais, a contratada será notificada para providenciar a regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período.

8.14. Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as providências legais cabíveis, incluindo, se necessário, a rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Pagamento

8.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, mediante quitação do boleto bancário emitido pela contratada.

8.16. Será considerada como data de pagamento o dia em que o boleto for quitado.

8.17. Em caso de atraso por parte da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo IPCA /IBGE, desde o vencimento até a data do pagamento.

8.18. Quando do pagamento, serão retidos na fonte os tributos previstos na legislação vigente, exceto nos casos de isenção legal devidamente comprovada.

8.19. Caso a contratada seja optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar documento oficial que comprove sua condição atualizada para afastamento das retenções tributárias abrangidas por esse regime.

Reajuste

8.20. Considerando o caráter pontual da prestação (pronto-pagamento) e a vigência inferior a 12 (doze) meses, **os preços contratados são fixos e irrevogáveis**, conforme art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecedor será selecionado por contratação direta, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista o valor estimado da contratação.

9.2. Em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a disputa/contratação será restrita exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP).

9.3. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, considerando o conjunto dos serviços e peças descritos para cada um dos três veículos oficiais, conforme discriminado no item 1.1 deste termo, observando o atendimento integral das exigências técnicas neste estabelecidas.

9.3.1. A disputa será realizada por **menor preço por item**, sendo facultado aos licitantes apresentar propostas para um ou mais itens, conforme sua especialização e capacidade de atendimento. O objeto será adjudicado individualmente a cada empresa que apresentar o menor preço para o respectivo item.

9.3.2. A adoção do critério de julgamento por item, com o consequente parcelamento do objeto, fundamenta-se no **art. 40, V, 'b', da Lei nº 14.133/2021**. Tal medida visa a: a) **Ampliar a competitividade**, permitindo a participação de empresas especializadas em marcas ou serviços específicos, como concessionárias e oficinas autorizadas, que de outra forma não poderiam competir pela totalidade do objeto; b) **Obter a proposta mais vantajosa**, uma vez que a competição por item tende a reduzir os preços individuais de serviços e peças; e c) **Atender à diversidade da frota**, composta por veículos de diferentes fabricantes, o que torna o agrupamento em um único lote tecnicamente desvantajoso e restritivo.

9.4. O fornecimento do objeto será integral, por item, devendo a execução ocorrer conforme agendamento definido pelo setor responsável, após a emissão da Nota de Empenho.

Habilitação jurídica

9.5. No caso de pessoa física, cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. No caso de Microempreendedor Individual (MEI), o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio oficial: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. No caso de sociedade empresária, inclusive limitadas unipessoais (SLU) ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI), deverá ser apresentado o ato constitutivo ou estatuto social ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, com acompanhamento de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 No caso de sociedade empresária estrangeira, deverá apresentar portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

9.10. No caso de sociedade simples, deverá apresentar a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, com documento comprobatório de seus administradores;

9.11. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, deverá ser apresentado o ato constitutivo da filial, sucursal ou agência, com averbação no respectivo cartório ou junta comercial, além de averbação no registro da matriz;

9.12. No caso de sociedade cooperativa, será exigida a ata de fundação e estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, bem como o comprovante de registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais ou da consolidação vigente, devidamente registradas.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ou, quando for o caso, no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo todos os créditos tributários federais, inclusive os relativos à Seguridade Social, bem como à Dívida Ativa da União, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014;

9.16. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade de FGTS (CRF);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão positiva com efeito de negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou por sistema a ele vinculado;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, conforme o caso, do domicílio ou sede do fornecedor, com relação ao ramo de atividade e com o objeto da contratação;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal, conforme o domicílio ou sede da licitante, pertinente ao objeto devido, em razão do exercício da atividade que guarda correspondência com o objeto licitado;

9.20. Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar essa condição por meio de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede ou por outro documento legal equivalente;

9.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda os benefícios do tratamento diferenciado previsto na LC nº 123/2006 estará dispensado da apresentação de certidão de inscrição nos cadastros estaduais e municipais, devendo comprovar sua condição de MEI mediante a apresentação do CCMEI atualizado.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

9.24. Para fins de comprovação de qualificação técnica, o licitante deverá apresentar **Atestado de Capacidade Técnica**, em nome da empresa, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o(s) item(ns) para o(s) qual(is) concorre.

9.25. O atestado deverá comprovar que a empresa executou ou executa serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores leves, não sendo exigida quantidade mínima ou prazo específico no documento.

9.26. A exigência de comprovação da aptidão técnica, em conformidade com o art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela necessidade de assegurar que a contratada possua a experiência mínima necessária para garantir a qualidade, a segurança e a confiabilidade dos serviços de manutenção da frota oficial, minimizando riscos de falhas mecânicas e protegendo o patrimônio público.

Disposições Gerais sobre Habilitação

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação que contenham indicação de CNPJ ou CPF divergentes, salvo quando expressamente permitidos por norma legal.

9.28. Se o fornecedor for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, os documentos deverão estar em nome da filial, excetuando-se atestados de capacidade técnica e documentos que, por sua natureza, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz.

9.29. São admitidos registros de CNPJ distintos para matriz e filial com divergência nos números referentes à Certidão Negativa de Débitos (CND) e ao Certificado de Regularidade do FGTS (CRF/FGTS), desde que seja comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ XXXXX,XX (por extenso)**, conforme custos unitários indicados na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência, obtidos a partir de Pesquisa de Preços realizada por esta Administração.

10.2. O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso.

10.3. A estimativa de preços para a presente contratação será elaborada com base em pesquisa de mercado a ser realizada, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021.

10.4. O presente Termo de Referência será acompanhado do respectivo Relatório de Pesquisa de preço, contendo as informações necessárias à demonstração da compatibilidade do valor estimado com os preços praticados no mercado, condição indispensável para a formalização da adequação orçamentária e prosseguimento do processo licitatório.

10.5. A estimativa de preços considerará o risco envolvido na contratação e sua adequada alocação entre a Administração e o fornecedor, ainda que, para a presente contratação, de pequeno vulto, não se antevejam riscos complexos ou que exijam a elaboração de matriz de risco.

10.6. Por se tratar de contratação por dispensa de licitação, não será aplicado o Sistema de Registro de Preços, razão pela qual não se aplica, neste caso, a previsão de revisão, reajuste ou repactuação de preços.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão atendidas por dotação a ser indicada oportunamente pelo setor contábil.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, inclusive o custo estimado da contratação, que foi utilizado exclusivamente para definição do valor máximo aceitável para a disputa e consta anexado a este documento.

Tremembé, 23 de janeiro de 2026.

DOUGLAS MARCELO DA SILVA - Equipe de apoio

MARIANA LOPES HOHMANN CLARO - Agente de contratação

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário será convocado a aceitar a **Nota de Empenho**, instrumento equivalente ao contrato, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O aceite da Nota de Empenho implicará reconhecimento de que:

- a) substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- b) vincula o contratado às condições constantes da proposta, do Termo de Referência e dos demais documentos que integram o processo de contratação.

2. VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

2.1. A contratação terá vigência de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de emissão da Nota de Empenho, podendo ser prorrogada na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada.

2.2. A execução do objeto deverá ocorrer de forma integral, conforme agendamento prévio com o setor responsável, respeitados os prazos e condições definidos neste Termo de Referência.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Compete ao Contratante:

- a) Exigir o cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;
- c) Realizar o pagamento em até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento definitivo e apresentação da nota fiscal, via **boleto bancário**;
- d) Aplicar as sanções cabíveis em caso de inadimplemento;
- e) Notificar o contratado sobre qualquer irregularidade, concedendo prazo para correção, se for o caso.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. Compete ao Contratado:

- a) Executar o serviço de forma adequada e no prazo acordado;
- b) Comunicar previamente qualquer impedimento à execução;
- c) Reparar eventuais defeitos ou falhas no serviço prestado, às suas expensas;
- d) Manter regularidade fiscal até o pagamento, caso não seja possível consulta automatizada;
- e) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros;
- f) Cumprir integralmente as obrigações previstas neste Termo de Referência.

5. EXTINÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação será extinta:

- a) Quando concluído o objeto e adimplidas todas as obrigações;
- b) Por descumprimento contratual, mediante processo administrativo;
- c) Por motivo de interesse público devidamente justificado;
- d) Em caso de impedimentos legais supervenientes.

6. CASOS OMISSOS E ALTERAÇÕES

6.1. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas aplicáveis.

6.2. Alterações contratuais, quando necessárias, observarão os arts. 124 a 137 da Lei nº 14.133/2021, sendo realizadas por **apostila**, se meramente formais, ou por **termo aditivo**, nos demais casos.

7. FORO

7.1. Fica eleito o foro da comarca de **Tremembé/SP**, para dirimir eventuais litígios decorrentes desta contratação, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a *Dispensa* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Tremembé, ... de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DOUGLAS MARCELO DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 14:59:10.

MARIANA LOPES HOHMANN CLARO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 14:20:37.

